

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

EDUCAÇÃO PARA O CAPITAL EM TEMPOS DE CRISE: o processo de mercantilização e sua interposição na sociedade brasileira

ANGELY DIAS DA CUNHA¹

RESUMO: O presente artigo, resultado de pesquisa documental, realizada e publicada no mestrado, tem o objetivo de analisar a educação em tempos de crise, como espaço de disseminação das ideias da classe dominante financeira. Os resultados revelam a consolidação da mercadorização da educação com a expansão do ensino à distância, cuja consequência é o rebaixamento da qualidade técnica nas formações profissionais.

Palavras-chaves: Educação. Crise. Financerização. Ensino à distância. Formação profissional.

ABSTRACT: this article, the result of documentary research, carried out and published in the master's degree, aims to analyze education in times of crisis, as a space for disseminating the ideas of the financial ruling class. The results reveal the consolidation of the commodification of education with the expansion of distance learning, the consequence of which is the lowering of technical quality in professional training.

Keywords: Education. Crisis. Financialization. Distance learning. Professional qualification.

¹ Universidade federal do rio grande do norte

1. INTRODUÇÃO

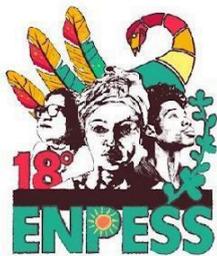
O presente artigo tem o objetivo de analisar a educação, em um contexto de crise do capital, como espaço estratégico da classe dominante para aumentar sua lucratividade e disseminação de suas ideias, por meio dos conglomerados mercantis, tanto nas instituições públicas como privadas. Trata-se de análise advinda de pesquisa bibliográfica e documental realizada e publicada durante o mestrado acadêmico em Serviço Social, ampliada no doutorado.

A educação não é compreendida somente como formação e ensino profissional, mas sobretudo como um espaço de construção de valores emancipatórios (Mészáros, 2002). Contudo, o neoliberalismo, ao ser incorporado pelos conglomerados educacionais como expressão ideo-política, a reduz aos interesses da formação de recursos humanos, voltados para lógica do mercado, tanto na criação de um "exército industrial de reserva", como no empobrecimento da capacidade crítica de analisar à sociedade e suas contradições.

Esse projeto neoliberal, no tocante à universidade pública, busca "imprimir uma lógica mercantil e empresarial à universidade brasileira, estimulando a sua privação, configurando-a como 'universidade operacional' ou 'universidade de resultados e serviços'" (Iamamoto, 2000, p. 43) e subordinando a socialização e a produção do conhecimento aos interesses do capital, em troca de financiamentos privados ou de precarizá-la.

A universidade é uma instituição pública, com uma função social, que determina o funcionamento da sociedade como um todo e acompanha as mudanças econômicas, políticas e culturais (Chauí, 2003). Tem sido, na verdade, um instrumento a serviço do capital, pelos seguintes motivos: 1) criação de patentes nas ciências consideradas "duras", que foram capturadas para geração de lucro, principalmente pela indústria farmacêutica e das tecnologias da informação; 2) maiores cortes de recursos financeiros nas áreas de ciências humanas e sociais, representando, parte de um projeto de combate à perspectiva crítica, cuja consequência tem sido o esvaziamento e ameaças de fechamento dos mais variados cursos; 3) propostas de privatizações e terceirizações, como exemplo: o future-se, criação de um *voucher* e a expansão do EAD.

Em conjunto temos o sucateamento, o remédio apresentado, por sua vez, é a criação de empresas para gerir as instituições públicas enquanto o ensino privado é apresentado como uma experiência de "sucesso". Cabe salientar que os dados utilizados nesses discursos são medidos de forma esvaziada, sem a devida análise rigosa qualitativa e da qualidade do ensino,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

significando, portanto, o rebaixamento da formação profissional e a manipulação desses dados a serviço do capital.

O objetivo é combinar o ensino superior com os ditames da financeirização da economia, no contexto de mundialização do capital, [...] a ciência e a tecnologia tornam-se força produtiva por excelência. As descobertas científicas e o seu emprego na produção tornam-se meios de obtenção de lucros excedentes, o que justifica a orientação de submeter à universidade aos interesses empresariais (Iamamoto, 2000, p. 43).

Diante do exposto, ao longo do artigo, será apresentado em um primeiro momento a educação em um contexto de crise, que revela a consolidação da expansão do ensino à distância como um projeto mercadológico, cuja consequência é o rebaixamento da qualidade técnica nas formações profissionais. E, ao final do texto, não das reflexões, apenas do referido artigo, serão tecidas considerações necessárias para continuidade de outros escritos e pesquisas.

1. A EDUCAÇÃO EM UM CONTEXTO DE CRISE: processo de mercantilização e mercadorização

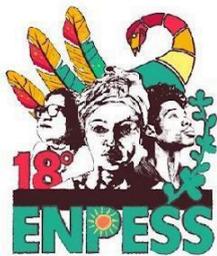
Na atual conjuntura, vivencia-se o acirramento da luta de classes com a superexploração da força de trabalho, tendo em vista o desemprego estrutural, a redução dos direitos sociais, reformulação e a focalização das políticas sociais, a partir de uma perspectiva neoliberal, que diminui o Estado para classe trabalhadora e flexibiliza os direitos sociais por meio de reformas neoliberais de cunho contrarreformista (Behring, 2003).

Nesse contexto, pontua-se que os anos subsequentes à Constituição de 1988 foram marcados pela afirmação ideológica do Estado brasileiro em transferir o fundo público para pagamento da dívida externa. Em sua postura neoliberal, o Estado por meio da transferência de recursos e responsabilidade insere a educação no circuito financeiro da expansão, mercantilização e precarização.

Esse processo é acompanhado por uma fragmentação do tripé ensino-pesquisa-extensão¹, com ênfase apenas no ensino e com uma proposta de perfil profissional destinado exclusivamente ao mercado de trabalho.

A educação tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso para reprodução do sistema, funcionando como um mecanismo

¹ Como expresso no documento “lições derivadas da experiência”, elaborado pelo Banco Mundial.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de internalização de valores, conhecimentos, cultura, concepções de mundo próprios da burguesia (Catani, 2011), os filhos dos proletários diferentes da educação construída na Comuna de Paris, estão sendo ensinados a pensar como burgueses.

Segundo Silva Jr. (2005), isso se efetua por intermédio de um “novo contrato” social em construção entre o Estado e os conglomerados educacionais, pautado na ideologia do consenso intensivamente mundializado, cuja finalidade é produzir homens uteis para o mercado, um novo cidadão do século XXI capaz de ser consumidor/cliente da mercadoria educação.

A “mercadorização” da educação fortalece um desmonte do maquinário estatal em função da elevação do poderio capitalista, significando além da recessão dos direitos sociais, a ampliação do assistencialismo, da competitividade, do individualismo, da refilantropização, do desemprego estrutural e da fragmentação. Esse novo ideário, de cariz neoliberal, retira a educação da concepção de direito social e a coloca como mercadoria, pois:

A proposta do governo para a educação, bem como para outras áreas que compõe o sistema de proteção social no país, põe em questão a noção do direito social porque o projeto do governo para a educação superior e o conjunto de contrarreformas como a sindical, trabalhistas, sanitárias e a previdenciária, têm um só eixo: diluir a fronteira entre o público e o privado (Pinto, 2007, p.18)

Mediante ações nas bolsas de valores, a mercadorização da educação financeira se constitui na gestão empresarial, permitindo a formação de conglomerados corporativos empresariais na busca incessante pelo lucro.

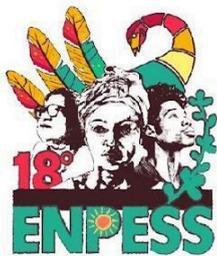
Suas consequências na educação pública promovem transformações estruturais, conforme nos chama a atenção Chauí (2003), implicando na perda de autonomia das universidades públicas, conquistada pelo movimento docente e discente, e ainda no reconhecimento apenas do saber que se presta para a valorização do capital², uma de geração de lucro social de universidade dos resultados.

Todos estes elementos explícitos nos desmontes dos equipamentos sociais, que integram a precarização da educação pública e o aumento da presença e da vivência do sofrimento psíquico e físico, são causados pelo agravado das atividades laboral que os docentes e discentes passam a experimentar cotidianamente no nível superior (Guarany, 2014).

Nesse contexto, Guerra (2010, p.10) argumenta que:

O novo padrão de produção, resultante do enfrentamento do capitalismo à sua crise profunda, impõe novas configurações na relação público/privado, de modo que o formato da educação superior no Brasil prescindir da análise dessa relação, na qual os novos que

² Para nível de comprovação, basta ver os editais de pesquisa, fomento e financiamento, bem como a infraestrutura das unidades acadêmicas das ciências exatas em comparação, por exemplo, com os das ciências sociais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

marcam e educação são expressão do movimento do capital rumo à recuperação de sua taxa de lucro.

A educação pública vem sendo “adotada” por empresas que, inclusive, definem parte essencial da agenda educacional do país com consentimento dos governos, por meio de um ensino religioso ofertado pelo estado, ao mesmo tempo ocorre uma expansão vertiginosa da oferta de educação por empresas mercantis.

Nesse sentido, os donos do dinheiro organizam-se e buscam ampliar o domínio sobre a escola e a universidade, objetivando e definindo o que a juventude deve pensar, a proposta é a inculcação da moral, da “ética” e dos valores burgueses em seu momento neoliberal de combinação entre entes privados com os aparatos do Estado (Leher, 2011).

Algumas décadas dessa hegemonia empresarial educacional têm colocado em cena, tendências no interior da universidade pública brasileira: no campo sociológico, a luta se daria entre uma corrente tecnocrática e outra, humanista; no campo político, o embate se coloca entre eficácia e utopia; no campo acadêmico o confronto é entre prática concreta e especulação abstrata. Em linhas gerais, é a adesão à sociedade administrada, de mercado, que busca adotar os mesmos critérios com os quais se administra uma montadora de automóvel ou rede de supermercado (Chauí, 2003).

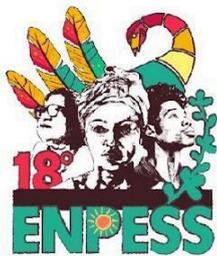
Essa adoção rearticula e transforma a instituição social em uma organização, em uma entidade administrativa, da qual o sucesso e a eficácia se medem em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho para uma função técnica (Chauí, 2003).

Essa metamorfose da universidade expressa-se no processo de precarização³, nos cortes fiscais, na superlotação da sala de aulas, na competitividade e na produção em série, típico do modelo fordista de produção.

A organização educacional de forma técnica, votado para a exigência de um perfil profissional polivalente e qualificado⁴, está intrinsecamente relacionado aos processos educativos e de qualificação humana para responder aos interesses ou as necessidades da redefinição de um novo padrão de reprodução do capital em profunda transformação, onde o progresso técnico assume um papel crucial (Frigotto, 1994).

³ Nas instituições públicas, a precarização se acentua em variados graus e intensidades, podendo ser visualizada pela nova configuração da educação universitária, que busca eliminar o regime único de trabalho, concursado e de dedicação exclusiva; simplificar os processos de compras, prestação de contas e gestão financeira; adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às demandas das empresas locais e por fim, separar a docência da pesquisa, deixando a segunda a cargo de centros autônomos (Chauí apud Guerra, 2010).

⁴ O perfil de trabalhador requerido nesse quadro de competitividade é aquele que consegue se adaptar às constantes mudanças e as situações cada vez mais precárias de trabalho, intensificando assim, o individualismo e imediatismo de sua ação profissional.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

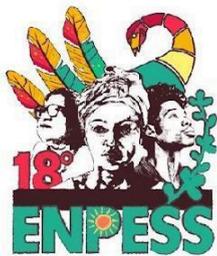
Para esclarecer como essa organização educacional vem sendo orientada pelo Banco Mundial para os países periféricos, analisou-se o documento *La Educacion Superior em los países em desarrollo: peligros y promesas*, elaborado em 2000, o qual tem como proposta uma eficácia na gestão dos recursos financeiros destinados ao Ensino Superior, uma divisão de responsabilidades entre estudantes, empresas privadas e públicas e uma revolução informática, fator determinante para nova economia depende de trabalhadores instruídos.

A universidade dar-se-á pela projeção de submissão de suas pesquisas, atividades, gestão e ensino aos interesses do capital privado, que, por sua vez, aproveita o espaço produtivo de criação da inovação tecnológica para serem divulgadoras da ideologia do capital, ao mesmo tempo em que incrementa o processo produtivo, substituindo o homem pela máquina. Trata-se do uso da ciência e da pesquisa, ou seja, uma reintrodução do trabalho intelectual para o desenvolvimento do modo de produção⁵.

Para Tonet (2009) a universidade é um espaço para criar, formar e desenvolver a ciência, mas na sociedade capitalista tem sido utilizada para fins acumulativos no combate à perspectiva crítica e na manutenção da alienação. Isso tem relação com o trinômio educação-sociedade-trabalho: 1) a relação entre educação e trabalho no modo de produção capitalista perde de vista a dimensão ontológica do ser social e sua relação com a natureza; 2) a educação superior enquanto espaço de formação do ethos profissional, volta-se para o mercado de trabalho e manutenção da alienação; e 3) o modo de ser do "novo intelectual" tem como alicerce o abstrato, a técnica e o pragmatismo.

Nesse sentido, ainda que a educação seja constitucionalmente regulamentada e deve ser ofertada pelo Estado, a partir de 1990, há uma definitiva abertura da educação para o mercado, intensificando à sua dimensão privada e produzindo um rebaixamento do ensino superior no sentido da mercantilização, não somente nas atividades ligadas à produção econômica, mas também no campo dos direitos sociais, é uma defesa de que a educação seja universalizada enquanto mercadoria, o que entra na rota de coalizão com a construção de uma educação pública e de qualidade (Lima, 2011).

⁵ Esse contexto é ainda mais agravado no final dos anos 90 até a contemporaneidade, onde o capital em sua forma mais primitiva do processo de barbarização passa a investir fortemente em terrenos férteis que proporcione um "adestramento" mental nos (as) trabalhadoras (es). A educação nessa lógica passar a ser usada como mecanismo de extração de mais-valia pela via do setor privado é responsável por esse "controle" no nível da consciência exigindo uma formação profissional e uma atuação profissional que não tem a capacidade de analisar criticamente a realidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O que sucede pós-constituição é uma integração periférica que subordina os interesses locais à necessidade de ampliar os superlucros do capital financeiro, comercial, industrial em uma articulação de dominação entre o subalterno e o independente, desencadeando assim, dois movimentos paralelos e concomitantes: a diversidade das fontes de financiamento da educação e uma formação atenta ao tecnicismo formal do trabalho, isso tem levado uma nova regulação educativa, assentada em três pilares: a gestão local, o financiamento per capita e a avaliação sistêmica (Oliveira, 2009).

Sendo assim, a ideia hegemônica na condução da educação pelo Estado brasileiro é que sua “democratização” passa pelo aumento dos investimentos no setor privado em detrimento do público. Em linhas explicativas, a necessidade de variar as instituições de ensino é o fator que garantiria uma concorrência, impondo interesses privados no processo de estruturação da política educacional, logo, a educação transforma-se em uma poderosa estratégia dominante para contribuir com a construção de uma aceitação coletiva sobre o culto do mercado.

Nesse processo a educação é entendida como uma possibilidade de “alívio” à pobreza e mobilidade social, mistificando os reais processos de acumulação da riqueza e reprodução da desigualdade (Silva, 2010), ou até mesmo da construção de um conformismo dessa pobreza.

Nessa conjuntura, emerge a contradição entre ser cidadão (direito universal a bens e serviços públicos) e consumidor (desfaz a ideia de direito e prevalece à iniciativa individual - o poder de compra ou filantropia), ou seja, na medida em que a estrutura social passa a ser configurada sofre rebatimentos das mudanças no sistema econômico (Cohn, 2000), representando a presença empresarial – com a incorporação por parte do governo de demandas do capital por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PNE), atrelado às medidas adotadas pelo Ministério da Educação (MEC) –, e religiosa – mediante acordo entre o Vaticano – na formação direta de um quadro da população brasileira, com a presença do Estado (Leher, 2011).

Minto (2011, p. 277 e 278) afirma, que sendo a educação um setor estratégico, “de um lado, cumpre a função ideológica de servir ao capital; e, de outro lado, surge como campo aberto à acumulação de capital, sem quaisquer impedimentos éticos, políticos ou morais”. Para o autor, a face mais explícita deste capitalismo acontece no Brasil dos anos de 1990, e “revela-se diante das necessidades históricas da educação – e da educação superior como um ‘grande negócio’”.

Isso representa um projeto neoliberal para educação superior que se articula em três núcleos: o projeto político-pedagógico, o financiamento e o trabalho docente. Em relação ao

projeto político-pedagógico, operacionaliza a redução do número de universidades públicas e/ou de unidades de ensino a 'instituições de ensino de graduação' através da dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Lima, 2011)

Em relação ao *financiamento* da política de educação superior, ocorre o estímulo à privatização interna das instituições públicas e o aumento tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior como do número de IES privadas. Em relação ao *trabalho docente* evidencia-se a sua intensificação, estimulada pelo número de alunos e turmas nas instituições e/ou universidades de ensino e pela lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento nas IES e/ou unidades com política de pós-graduação e pesquisa já consolidada.

Nesse sentido, o ensino privado tanto assegura o *status quo* da ideologia neoliberal garantindo uma segurança internacional com a proliferação das instituições privadas de ensino superior (IPES), em países latino-americanos como Argentina, Chile, Colômbia, México e Brasil. Como cria um mercado das instituições de ensino superior lucrativas e vantajosas para a burguesia nacional e internacional, por meio da mercantilização/privatização do ensino superior brasileiro, com a mudança da natureza jurídica e da organização acadêmica não-universitária das instituições de ensino superior, os objetivos são as formações de profissionais que perpetuam a lógica neoliberal, um exemplo disso: um dos cursos com maior número de matrículas no Ensino à distância é o de pedagogia.

A dupla função que o setor privado de ensino superior cumpre, em consonância com o projeto neoliberal, é uma tentativa de instaurar a lógica privatista como absoluta na sociedade, fazendo a defesa categórica da esfera privada como a única forma funcional de desenvolver o ensino superior nos países periféricos.

Para consolidar esse processo de mercantilização é necessário, que o sistema de ensino superior se torne mais diversificado, flexível e sob uma lógica ainda mais privatista, visando uma expansão sem ampliação dos gastos públicos, ou seja, de forma aligeirada, comprometendo a qualidade.

A mercantilização da educação é o eixo estruturante de toda a reforma nesse setor, e o espaço acadêmico lócus privilegiado para a compra e venda de "produtos", essa mercantilização em conjunto com a expansão do ensino têm provocado aumentos consideráveis nos cursos a distância, e principalmente, em cursos voltados para "as humanidades", por tem um baixo custo e uma demanda expressiva do mercado consumidor. Portanto, o EAD se constitui como um

espaço que o mercado financeiro vem investindo fortemente e representa a precarização da educação e da formação profissional tanto no ensino privado como público.

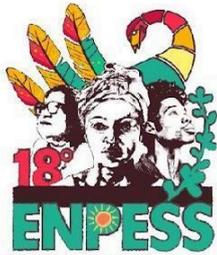
O EAD impõe à educação superior um rebaixamento da sua qualidade técnica, ética e social, em nome de uma completa subordinação às exigências do capital e às demandas do mercado, favorecendo a dissociação entre ensino – pesquisa e extensão, pois desconsidera o princípio da totalidade para apreensão da realidade; compromete a perspectiva de transversalidade dos conteúdos formativos, bem como a realização do estágio curricular presencial, com acompanhamento concomitante, do supervisor acadêmico e de campo e fragiliza o acesso à bibliografia de qualidade, fragilizando o acesso às obras completas e às fontes originais dos autores.

3. CONSIDERAÇÕES

Considera-se, diante do exposto, que a educação, em tempos de crise, tem sido um espaço estratégico da classe dominante para o processo de mercadorização e financeirização, bem como da divulgação de sua ideologia. Diante disso, um direito social, com uma função social, transforma-se em uma mercadoria, que ao se inserir no processo de troca e venda encontra como tendência mais lucrativa o Ensino à distância (EAD).

O EAD corresponde à modalidade que melhor possibilita a expansão das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), corroborando um processo de “industrialização do ensino”, nos marcos da internacionalização da educação “[...] uma promissora ‘indústria global’”, que além da transferência de tecnologias, conta ainda com a produção e a venda de material didático (Lima, 2008, p. 22), que segundo Guerra (2010) é de má qualidade, comprometendo a formação do profissional que se deseja. Cria-se, assim, um verdadeiro fetiche tecnológico.

Portanto, essa modalidade de ensino faz parte da agenda empresarial em curso difundida por materiais didáticos, expressas nas legislações, em especial, na Lei de Diretrizes de Base (LDB) de 1996, nos decretos e resoluções publicados até a atualidade, que seguem com a mesma tendência, proposta e finalidade: a compra e venda da educação-mercadoria.



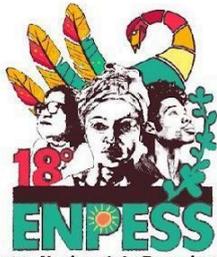
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. La Educación Superior en los países en desarrollo: peligros y promesas. Washington, DC: Banco Mundial, 2000.
- BEHRING, E. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- CATANI, A. Educação superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 13-23, jan./jun. 2003.
- GUARANY, A. M. Trabalho docente, carreira doente: elementos que impactam a saúde mental dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Estudo de caso, Rio de Janeiro: Tese de doutorado- UFRJ, ESS, 2014.
- GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e à distância. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 104, p.715-736, out./dez., 2010.
- FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1994. (Coleção educação contemporânea).
- LEHER, R. A universidade reformada: atualidade para pensar tendências da educação superior 25 anos após sua Publicação. Revista Contemporânea de Educação, vol. 8, n. 16, 2011.
- LIMA, K. Contrarreforma da Educação Superior e Formação Profissional em Serviço Social. In: Temporalis. ABEPSS, Brasília, ano 8, n. 15, p. 17-34, jan./jun., 2008.
- LIMA, K. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: Katásis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011.
- MINTO, L. A educação da "miséria": particularidade capitalista e educação superior no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. [tradução Isa Tavares] 2ed- São Paulo: Boitempo, 2012.
- OLIVEIRA, D. Política Educacional e Regulação no Contexto latinoamericano: Argentina, Brasil e Chile. Linhas Críticas (UnB), Brasília, v. 15, n.28, 2009.
- PINTO, M. A contra-reforma do ensino superior e a desprofissionalização da graduação em Serviço Social. In: Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social, ano 3, n. 6, abril de 2007, p. 1-19. Disponível em www.assistentesocial.com.br. Acesso em 5 nov.2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SILVA JÚNIOR, J. Pragmatismo e populismo na educação superior nos governos FHC e Lula. São Paulo: Xamã, 2005.

SILVA, R. A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 103, p. 405-432, jul./set. 2010.

TONET, I. Educação contra o capital. São Paulo: Instituto Luckács, 2º ed. 2012.